



A mulher e a família nas práticas discursivas de Dom Antônio Mazzarotto: primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa - PR

The woman and family in the discursive practices of Dom Antônio Mazzarotto: first diocesan bishop of Ponta Grossa - PR

Matheus Machado Vieira*

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar a representação da mulher e da família no discurso de Dom Antônio Mazzarotto, primeiro bispo de Ponta Grossa-PR (1930-1965). Dom Antônio Mazzarotto representou o esforço normatizador da instituição católica na diocese, na qual tomou posse em três de maio de 1930. Desenvolveu aí, em trinta e cinco anos, intenso trabalho pastoral. Uma das estratégias de seu bispado foi a publicação de cartas pastorais para se comunicar com o clero e com os fiéis. Durante sua atuação na Diocese de Ponta Grossa, escreveu trinta e seis cartas pastorais, uma a cada ano. Nas cartas, Dom Antônio se posicionou de forma conservadora acerca do casamento e do papel da mulher na família, algo que não fugia à norma da Igreja Católica de então. A normatização sobre o mundo feminino perpassa os escritos de Dom Antônio, mais especificamente a Carta Pastoral “O Matrimônio Cristão-1934”, documento que aponta a Virgem Maria como modelo ideal de mulher, esposa e mãe.

Palavras Chave: Casamento, Catolicismo, Mulher.

Abstract

This study aims to analyze the representation of women and family in the speech of Dom Antônio Mazzarotto, first bishop of Ponta Grossa, Paraná (1930-1965). Dom Antônio Mazzarotto represented the effort of normalizing Catholic institution in the diocese in which took office on May 3, 1930. At that institution he developed an intense pastoral work in thirty-five years. One of the strategies of his bishopric was the publication of pastoral letters to communicate with the clergy and the faithful. During his tenure at Ponta Grossa Diocese the bishop wrote thirty-six pastoral letters, one every year. In these letters Dom Antônio stood conservatively about marriage and the role of women in the family, something that did not escape the rule of the Catholic Church then. The normative feminine permeates the writings of Dom Antônio, more specifically in Pastoral Letter “O Matrimônio Cristão-1934”, document that shows the Virgin Mary as a model of ideal woman, wife and mother.

Keywords: Marriage, Catholicism, Woman.

Comunicação recebida em 29 de março de 2013 e aprovada em 14 de maio de 2013.

* Mestrando em História (UFPR). Graduação em História. País de origem: Brasil. E-mail: mattvieira@gmail.com

Introdução

A presente comunicação propõe analisar o discurso referente à mulher e a família na visão de D. Antônio Mazzarotto, primeiro bispo de Ponta Grossa-PR. Dom Antônio assumiu a diocese de Ponta Grossa no PR no ano de 1930 comandando-a até 1965. Nos trinta e cinco anos de sua administração levou com intensidade seu projeto evangelizador, restaurador e difusor da fé católica (para ele entendida como “única” e “verdadeira”) aos domínios de seu bispado.

Em seus escritos D. Antonio tratou de questões relacionadas à família, tais como o casamento, a mulher e a educação dos filhos, posicionando-se de forma conservadora e seguindo a mesma linha doutrinária da Igreja Católica da época, década de 1930. Desvincular o discurso desse bispo de uma vertente conservadora dos inícios do século XX torna-se difícil e anacrônico. Naquele momento na instituição, tal postura se fazia presente e estava ligada ao discurso oficial do papa, entre eles, Pio XI (1922-1939) que, sobre questões relacionadas à moral e à família, publicou na época duas encíclicas *Divini Illius Magistri* (de 1929, sobre a educação cristã da juventude) e *Casti Conubii* (de 1930, sobre o matrimônio cristão).

Neste texto analisaremos parte do discurso da Igreja Católica produzido no contexto das primeiras décadas do século XX, mais especificamente o período da década de 1930, recorte no qual D. Antônio Mazzarotto publicou a carta pastoral *O Matrimônio Cristão* (1934). Por uma questão metodológica e de melhor entendimento, sempre há a necessidade de retornar a acontecimentos anteriores.

Para trabalhar com documentos oficiais da Igreja Católica como Cartas pastorais, faz-se necessária a adoção de um viés teórico que atenda aos questionamentos feitos pelo historiador. Aqui, tratamos exclusivamente do discurso de uma instituição; assim, optamos pela via teórica da análise do discurso e do conceito de representação. Essa metodologia ajuda-nos a entender melhor o

posicionamento de uma instituição como a Igreja Católica em determinados contextos. A análise do discurso situa quem fala, para quem fala e também o porquê se está falando. A representação orienta-nos no entender das práticas discursivas construtoras e legitimadoras de símbolos e papéis a serem desempenhados. No caso aqui analisado, esses se fazem na família e são atribuídos pelo discurso religioso.

Cardoso e Vainfas (1997, p. 378) definem o discurso como algo

carregado de valor ou produzido a partir de um ponto de vista ideológico, assimilado com os valores sociais de uma dada sociedade. Ao passo que as *condições de seu reconhecimento dependem do poder*, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não sua aceitação no meio social.

Desta forma segundo Iñiguez (2005, p. 302) cabe ao enunciador ser reconhecido pelos enunciatários para seu discurso se tornar legítimo.

Bourdieu (1996, p. 83) define o enunciador como um indivíduo instituído para representar um grupo, constituindo-se um porta-voz dotado de poder pleno para falar e agir em nome de algo ou alguém, no caso da Igreja Católica, em nome de uma instituição. É interessante apontar que o porta voz só existe porque é reconhecido por esse mesmo grupo que compartilha de seu discurso, fazendo com que haja uma legitimidade do mesmo. A linguagem da Igreja Católica entra na tese que Bourdieu defende como “linguagem institucional”, ou seja, uma linguagem que reveste e representa uma autoridade, que manifesta e simboliza as coisas ditas.

A necessidade da Igreja Católica de ser reconhecida como “guardiã das verdades” pode metodologicamente ser identificada com aquilo que Foucault define como “vontade de verdade.” Para Foucault (2006, p. 17) a vontade de verdade baseia-se em suportes institucionais, criando uma norma e sustentando a exclusão daqueles que não a compartilham. Foucault aprofunda suas discussões sobre discurso, verdade e poder em suas pesquisas acerca da *microfísica do poder*,

apontando como esse poder perpassa na forma de *micro-poderes* por todos os segmentos sociais, dentre eles por instituições *locais* como a família.

O poder, para Foucault, só possui eficácia porque funciona em rede. No contexto deste trabalho, a família pode ser colocada como um exemplo onde esse poder acontecia da forma mais “naturalizada possível”, tendo em vista a mescla sentimental de respeito e temor que filhos e esposa “teriam da figura masculina”, representação construída ao longo dos tempos e incorporada à cultura da maioria das sociedades patriarcais. Entretanto não devemos levar ao pé da letra tal colocação, pois, segundo Certeau (2000, p. 97), independentemente das condições de submissão à dominação, sempre haverá indivíduos providos de inúmeras táticas para burlar o socialmente instituído. Ao trazer essa proposta de análise ao nosso objeto de pesquisa não fica difícil entender por que a Igreja Católica elaborou e abraçou de forma ampla discursos que buscaram a defesa da família, dos costumes, das tradições, da autoridade e da norma.

Para a igreja, todo esse pressuposto indubitavelmente está ligado a uma representação de sociedade perfeita onde “não há conflitos e desobediência.” A autoridade no âmbito familiar é bem vinda em uma instituição que carrega consigo as noções de ordem, de obediência e de hierarquia. Em uma família hierarquizada assim como a igreja, onde cada indivíduo desempenha seu papel e onde a obediência é norma, cria-se um terreno fértil para a instituição disseminar sua doutrina e formar bons católicos. Abordar discursos normatizadores acerca da representação da mulher e da família faz com que busquemos arcabouços teóricos que nos façam compreender como e por que a aceitação e proliferação de tais discursos naturalizam-se tão facilmente.

Joan Scott (1995, p. 75) aponta a condição de gênero como um dos fatores responsáveis por essa naturalização. Segundo a autora, pelo gênero criam-se ideias e papéis sexuais e nele indivíduos são adequados a desempenhar condutas. Esses

papéis contribuem para a consolidação e exercício do poder de um sexo sobre o outro. Naturalizados, esses papéis perpassam sem questionamento, são compartilhados em instituições como a família, a escola, a igreja, entre outras.

Restringindo-se à análise do discurso da igreja, julgamos essencial contextualizar o documento trabalhado nesta comunicação, ou seja, a carta pastoral de D. Antônio Mazzarotto “O Matrimônio Cristão” de 1934. Essa nos permite compreender o enunciador, sua intenção ao falar e o contexto em que seu discurso foi produzido. A temática aqui esboçada nos remete à percepção da existência de inúmeras representações sociais sobre a mulher e a família. A representação aqui analisada é construtora de uma idealização que o discurso oficial da Igreja Católica imputava à mulher e à família, em seus documentos oficiais.

Chartier (1990, p. 23-29) define representação como algo que dá sentido a alguma coisa ausente; e, por outro lado, a representação aparece como a exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. A representação traz consigo a intenção de fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência, ou que algo não exista a não ser no signo que a exhibe. Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina, fábrica de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado. As representações seriam as formas com as quais os indivíduos contraditoriamente constroem a realidade.

Na perspectiva de Chartier percebemos as representações como discursos que não possuem neutralidade e que tendem a impor um projeto, ou justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. As representações do mundo social, à revelia dos atores, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e paralelamente descrevem a sociedade tal como os atores pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. Tais colocações de Chartier podem ser incorporadas na análise dos inúmeros discursos sobre a mulher e a família

presentes na fonte eclesiástica a ser trabalhada.

Para melhor situar esta proposta, em primeiro lugar, contextualizamos a Igreja Católica a partir do movimento ultramontano, dando sequência à abordagem sobre a mulher, o casamento e a família sob essa perspectiva, para em seguida analisar as representações “ideais” sobre a mulher e família colocadas por D. Antônio Mazzarotto em sua carta pastoral.

1 A Igreja Católica no contexto Ultramontano

Estudar a Igreja Católica é mergulhar em um universo ainda pouco entendido pelos que não compartilham de sua visão de mundo. A instituição religiosa que se faz presente há mais de dois mil anos na sociedade ocidental demonstrou, ao longo de sua história, um interesse não só pela preservação da fé e difusão de seu discurso, mas também pela conservação da moral e de valores tradicionais socialmente construídos. Ao longo de sua trajetória, a instituição foi criando princípios e dogmas calcados na tradição.

A partir do século XIX, a afirmação da “infalibilidade papal” traz consigo a legitimação da permanência e a maior rigidez no que se refere aos assuntos de fé. Esse movimento também conhecido como ultramontano traz a ideia da conservação de uma igreja forte que, nos dizeres de Araújo (1986, p. 23) não se deixava abalar com os efeitos erosivos do tempo. Ivan Manoel (2004, p. 21) vê o ultramontanismo de forma não homogênea, destacando três momentos: o primeiro, entre 1800 e 1878, no qual se consolidam as diretrizes da reação conservadora da igreja; o segundo, entre 1878 e 1903, quando se consubstancia o projeto de interferência no social; e o terceiro, entre 1903 e 1958, com os programas da Ação Católica.¹

¹ A Ação Católica foi um movimento desenvolvido por parte da instituição eclesiástica e que possuía o intuito de unir, coordenar os elementos católicos em geral, também organizar e intensificar um devotamento ativo a todas as obras e intenções católicas de

Como alerta metodológico o autor destaca que ao estudar a igreja devemos compreender que esta não foi sempre a mesma, ou seja, devemos ter cuidado com os rótulos quando estudamos uma instituição com mais de dois mil anos que agiu de diferentes formas na sua trajetória, impondo a necessidade de uma reorganização interna, tanto doutrinária quanto política, princípios esses inseparáveis.

O ultramontanismo foi uma visão de mundo conservadora incorporada pelo catolicismo em meados do século XIX em reação ao mundo moderno. Seu intuito era enquadrar toda a Igreja Católica mundial dentro dos dogmas da Sé romana, ou seja, a instituição deveria obedecer e seguir a autoridade papal. As ideias ultramontanas foram os discursos do Concílio de Trento do século XVI, reelaborados para os séculos XIX e XX, levando em conta o novo contexto de então.

Manoel (2004, p. 11) destaca ainda que a ação ultramontana, nesse longo período de mais de um século, manteve em geral as características fundamentais da reação anti-moderna católica: na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa e o concomitante reforço à ideia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do papa e o reforço do episcopado; na esfera socioeconômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média; na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (1545-1563), em especial aquelas estabelecidas para o combate ao protestantismo, e, no século XIX, também ao espiritismo.

piedade, caridade e sociais. Esse movimento também fez com que a instituição se voltasse para o fortalecimento interno. Seguindo o modelo Italiano, nos anos 1930 em diante, esse movimento torna-se por excelência um organismo de militância católica dos leigos.

Nesse contexto, a forma mais comum dos pontífices difundirem seus ideais pautava-se na publicação anual de cartas encíclicas. Os assuntos abordados nesses documentos geralmente tratavam de assuntos relacionados à vida social e à vida cristã, passando pela defesa da moral e dos costumes, dentre outros temas. As encíclicas podem ser vistas como um manifesto em que os papas comunicavam a posição da igreja sobre inúmeras questões em voga na sociedade – posições autoritárias na maioria das vezes, pois, no contexto histórico do ultramontanismo, o catolicismo necessitou levar sua “verdade” aos fiéis e recuperar o “rebanho”, em tese “corrompido” pela modernidade.

Do século XIX ao pós-Segunda Guerra Mundial a igreja fecha-se em seus dogmas, reforça sua rigidez hierárquica e passa a promover um imenso processo de evangelização. O catolicismo ultramontano opunha-se ao estado não confessional e denunciava o progressismo como inimigo da razão. Nas palavras de Manoel (2004, p. 45-49), conforme essa leitura ultramontana, ser racionalista e moderno implicava, necessariamente, ser ateu, inimigo de Deus e da igreja.

2 A Mulher, o Casamento e a Família no discurso ultramontano

Do concílio Vaticano I (1870) em diante, a ideia da legitimidade do poder papal passou a fazer parte das leis da igreja. A função do papa era representar a ordem divina na terra, para conciliar a religião com o mundo moderno e extinguir as rixas. Essa autoridade deveria se dar dentro do âmbito religioso. Em outras questões, a autoridade do pontífice não poderia se colocar dessa forma; mesmo assim, em assuntos relacionados à moral e aos costumes a instituição expõe sua posição de forma ampla.

O papa Pio XI (1922-1939), parte presente e atuante no discurso ultramontano já no século XX, representou todas essas normas até aqui discutidas. Com um discurso de cunho “militar” o mesmo condenou a “depravação moral” ao

qual o mundo moderno estava expondo os indivíduos que, em tese, outrora se voltavam “exclusivamente para Deus”². A peculiaridade de Pio XI é sua grande preocupação com a moral e os valores familiares tais como casamento e educação dos filhos. Não que os papas anteriores e posteriores não a possuíssem. Leão XIII (1878-1903) já mencionava na encíclica *Arcanum Divinae Sapientiae*, de 1880, “Sobre a constituição cristã da família”, a importância do matrimônio cristão e da família, mas esses debates se tornam mais intensos no início do século XX.

Segundo Guariza (2003, p. 20), no século XIX o grande combate dos papas em suas encíclicas se dá contra o mundo moderno, contra os Estados não mais ligados à religião e contra o socialismo e o cientificismo. Os papas posteriores (da primeira metade do século XX) ainda manifestam essa cruzada, mas adicionam outras discussões em suas cartas como a condenação à emancipação feminina, a legitimação do casamento sacramentado e críticas profundas às novas pedagogias modernas “não confessionais” de educação dos jovens, algo muito presente em algumas encíclicas de papas como Pio XI.

No que tange à família e às mulheres, a igreja sob a égide dos papas ultramontanos se posiciona no continuísmo, legitimando a família patriarcal, o que fica muito claro em duas das encíclicas de Pio XI: *Divinni Illius Magistri*, de 1929, e *Casti Connubii*, de 1930. Nessas encíclicas o pontífice romano discursa em favor da família, da indissolubilidade matrimonial, da educação cristã da juventude e contra a emancipação feminina.

Na Encíclica *Casti Connubii*, Pio XI (1956, p. 18) faz uma crítica à emancipação da mulher:

No entanto nem essa emancipação da mulher não é verdadeira, nem razoável e digna liberdade que convém a cristã e nobre missão da mulher

² Algo muito discutível a questão da “exclusividade a Deus”, mas, no saudosismo que a Igreja Católica tinha da Idade Média essa exclusividade era muito presente. Na visão dos pontífices ultramontanos a modernidade com advento da razão havia deixado a figura divina para segundo plano.

e esposa; é antes a corrupção da índole feminina e da dignidade materna e a perversão de toda a família, enquanto o marido fica privado de sua mulher, os filhos de sua mãe, a casa e toda a família da sua sempre vigilante guarda.

Legitimando o que a igreja ultramontana almejava, o pontífice se pauta na tradição e nos papéis sexuais normatizados na família delimitando uma função à mulher. Sua emancipação fugia à norma e quebrava o ciclo familiar, que pode ser representado pela ótica do casamento cristão, geração de filhos sob a guarda de uma mãe católica obediente e um pai católico provedor.

Vejamos o posicionamento do pontífice, na encíclica *Divinni Illius Magistri* (1965, p. 35) acerca da educação da juventude:

O primeiro ambiente natural e necessário da educação é a família, precisamente a isto destinada pelo criador. De modo que em geral a criação mais eficaz e duradoura é aquela que se recebe numa família cristã bem ordenada e disciplinada, tanto mais eficaz quanto mais clara e constantemente aí brilha, sobretudo o bom exemplo dos pais e dos outros domésticos.

Nesta encíclica, Pio XI defende que a educação pertence em primeiro lugar à família e essa deveria ser disciplinada e ordenada. Em sua fala toda e qualquer forma não cristã de família e de educação não tem validade, pois, em sua visão, a família se pautava em uma “norma e disciplina” – conceitos facilmente notados em inúmeras passagens de seus escritos e de outros papas da época. Analisando o discurso de Pio XI, que tem como base o sagrado e o poder da instituição a ele ligada, podemos melhor entender a necessidade de reconhecimento que a igreja espera do mundo social. A igreja se colocava como a “guardiã das verdades” e “a representante de Cristo na terra” cabendo a ela levantar sua voz para afastar seus fiéis de caminhos “trevosos”, assimilação facilmente identificada aos novos caminhos trilhados pela modernidade ocidental.

Em relação à Igreja Católica no Brasil, ela não é diferente ao se manifestar a respeito da moral e dos costumes familiares tradicionais. No Brasil, os bispos reformadores tiveram a tarefa de trazer à tona o catolicismo ultramontano, não cabendo aqui discutir a questão da romanização do catolicismo brasileiro e sim trazer o discurso desses bispos. No que se refere aos valores familiares conforme a visão dos bispos nacionais, podemos partir das análises que D. Antônio Mazzarotto fez em sua carta pastoral *O Matrimônio Cristão*, de 1934.

3 A Diocese de Ponta Grossa sob o comando de Dom Antônio Mazzarotto

Do século XVIII até a proclamação da República, a situação da Igreja paranaense não era diferente da do restante do país. Nesse período, a instituição passava por uma profunda crise em seu corpo hierárquico, quadro que mudou um pouco com o advento da República e das práticas romanizadoras do catolicismo no Brasil³. A Igreja no Paraná do século XIX era uma instituição simplesmente paroquial do tempo do Império. Balhana (1981, p. 10) a define como um conjunto de pequenas paróquias, conservando as velhas tradições populares, sem missionarismo, sem ação social e burocraticamente desorganizada. No entanto, com a introdução de novos bispos e novas dioceses, essa situação sofreu mudanças significativas.

A igreja, sem a intervenção do Estado após a separação de 1890, iniciou um processo de abertura de novas dioceses, para atender aos novos centros urbanos, aumentando assim a presença de religiosos estrangeiros no Brasil, que traziam em sua bagagem as ideias ultramontanas de centralização da igreja na figura do pontífice. Dentro desse contexto foi criada a Diocese de Ponta Grossa em 1926 e, quatro anos, depois Dom Antônio Mazzarotto foi nomeado seu primeiro bispo.

³ Essas práticas romanizadoras se referem a uma reforma que ocorreu no catolicismo brasileiro em meados do século XIX, para enquadrar a igreja nacional às diretrizes da sé romana, então sob a égide ultramontana.

Dom Antônio Mazzarotto nasceu em 1º de Setembro de 1890 em Santa Felicidade (PR). Frequentou as primeiras letras na escola local, sendo que o Pe. Francisco Bresciani o preparou para ingressar no seminário. Matriculou-se no seminário episcopal de Curitiba em nove de Janeiro de 1905 e lá fez os estudos eclesiásticos, sendo ordenado sacerdote por Dom João Braga em 1914. Após ter exercido o magistério no seminário, começou sua carreira sacerdotal como coadjutor da catedral de Curitiba. Segundo o livro do Cinquentenário da Diocese de Ponta Grossa (1976, p. 83) Mazzarotto “revelou-se logo o maior orador sacro do Paraná pela profundidade de sua doutrina e a suave eloquência de sua palavra erudita.” Tornou-se o diretor da congregação Mariana em 1925 e foi escolhido em 16 de Dezembro de 1929 para assumir o bispado de Ponta Grossa. Foi sagrado em Roma pelo Cardeal Henrique Gaspari em 23 de Fevereiro de 1930. Tomou posse da Diocese de Ponta Grossa em 3 de Maio do mesmo ano.

Pela biografia de D. Antônio notamos a formação por ele recebida durante os anos de estudo no seminário, isto é, um ensino eclesiástico nos moldes ultramontanos. Segundo Zulian (2009, p.180), o Seminário Episcopal de Curitiba comandado na ocasião pelos padres Lazaristas europeus trazia consigo ideais ultramontanos de centralização e disciplina. Ao assumir o bispado de Ponta Grossa, D. Antônio inicia um intenso trabalho pastoral, entre eles a escrita de várias cartas, sempre publicadas no aniversário de sua sagração, 23 de fevereiro.

A carta pastoral de 1934 aborda questões relacionadas ao casamento, mulher e família, tema fortemente discutido no catolicismo, então sob o pontificado de Pio XI. Na carta pastoral *O Matrimônio Cristão*, Mazzarotto defende o casamento indissolúvel, o bom comportamento feminino perante o marido (pautado na obediência) e faz uma proposta para ambos os cônjuges: o da disciplina ao que concerne à sexualidade. Para Mazzarotto (1934, p. 6), o matrimônio

exige igualmente a intervenção de Deus. E o sentimento do amor é o perfume do amor, de um amor casto, de um amor casto e recto, o que attrae duas almas bem formadas a se unirem pelo laço sagrado do casamento.

Algo nítido na fala de Dom Antônio é a defesa do amor no matrimônio, que comparado ao amor divino seria um “amor casto”. A ideia de castidade é visível nessa colocação, ou seja, mesmo após o casamento o sexo entre os cônjuges deveria restringir-se a sua função maior, a procriação. Outra questão colocada pelo bispo, quando discute o matrimônio, é não relacioná-lo aos contratos comuns, pois, ao secasarem, os cônjuges cedem seus corpos um ao outro; assim, D. Antônio Mazzarotto (1934, p. 7) desaconselha aos casados tratarem o corpo como uma mercadoria com a qual se pode negociar. Na pastoral (1934, p. 5), Mazzarotto também condena veementemente as uniões não sacramentadas pela igreja, criticando o casamento civil:

Em nossas longas viagens pastoraes pelo inhospito sertão da Diocese, verificamos, não poucas vezes, que desviados por pessoas sem fé, nem moralidade, ou victimas da própria ignorância, julgam alguns filhos nossos que o chamado matrimônio civil basta e que o verdadeiro matrimônio religioso não é senão um accrésimo dispensável ou mera cerimônia. Funestíssimo erro esse que, pretendendo estabelecer a família com um contracto inválido e sacrílego, a destróe pela base, privando-a da graça do sacramento e expondo-a ao choque das mais violentas paixões.

Na fala de Antônio Mazzarotto, aqueles que espoliassem contra a conjugalidade naturalmente deveriam ser excomungados. Para tanto, estrutura essa posição ao invocar as decisões do Concílio de Trento acerca do casamento. Para Mazzarotto (1934, p. 8),

o Concílio de Trento fulminou a excomunhão contra os que affirmassem não ser o matrimônio própria e verdadeiramente um dos sete sacramentos da lei evangélica, instituído por Nosso Senhor Jesus Christo. De maneira, queridos irmãos e filhos, que sem o sacramento, não podem os christãos edificar esse santuário augusto, fundar essa sociedade divina que se chama família.

Não somente o casamento civil foi alvo da Igreja Católica. Os casais que viviam em concubinato e constituíam família são reprimidos pelo bispo. Em tom de ameaça Mazzarotto (1934, p. 9) discursa sobre essas uniões:

se coabitardes e viverdes como casados, sereis, por Jesus e pela Igreja considerados concubinários, peccadores públicos e, como taes, excluídos do santo sacramento, vossos filhos serão ilegítimos, e, morrendo neste estado escandaloso de uma união ilícita, é certa a perdição e a condenação de vossas almas.

Em outras passagens da carta pastoral, notamos a forte presença do discurso normatizador dos papéis sexuais no casamento e na família. Vejamos a posição de D. Antônio (p.13) a respeito da mulher:

Vós, dedicadas esposas e mães, olhae sempre para a santíssima Virgem Maria. Segui-lhe a piedade, a paciência, a modéstia, o retiro, o amor ao lar, o espírito de oração, a dedicação ao trabalho, o respeito e a obediência ao esposo. Tereis nessa soberana senhora o modelo mais acabado de como haveis proceder como esposas e como mães.

Paralelamente à normatização para a mulher no matrimônio, também há no documento pastoral (p. 17) conselhos para o homem:

Vós queridos esposos e Paes, escolhei, como vosso protector e modelo, a São José; imitai-lhe a puríssima afeição a Santíssima Virgem Maria, o solícito cuidado em attender as necessidades domésticas e a contínua diligencia em defender a família das perseguições, como o augusto chefe deste sagrado lar salvou Jesus da morte (...) sede firmes e fortes em não consentir com aqueles que, como mestres, vos substituem, abusem da sua autoridade, para delirem do coração de vossos filhos aqueles são princípios da moral christã, em que ides educando e formando.

Como se percebe, os papéis de gênero são estruturados no discurso religioso de forma a não haver reversão. D. Antônio aconselha os chefes de família a inspirarem-se no modelo de São José, incitando-os a atender as necessidades domésticas, defender a família, provendo-a nas dificuldades e exercendo sua autoridade de pai e esposo. Na contramão imputa à mulher a obediência, o recato, a dedicação aos filhos e a obediência ao marido.

O discurso de D. Antônio não é diferente daquele oficial da igreja da época, pois Mazzarotto fazia parte de um contexto onde era de comum acordo na igreja o não questionamento da esposa ao esposo e a família era o espaço onde deveria

perpetuar a autoridade masculina. Esse papel “natural” que cabia à mulher é defendido pela cúpula católica. Assemelhar-se à pureza, obediência, amor, guarda e submissão da Virgem Maria colocava-se como regra para as “boas e respeitadas senhoras católicas”. Pio XI (1930, p. 18) aponta esse modelo na encíclica *Casti Connubii*. D. Antônio apenas reafirma essa postura em âmbito regional aconselhando suas fiéis a seguirem o exemplo dessa Senhora venerada de forma intensa pelos católicos.

Ao término da carta pastoral, D. Antônio dirige-se aos padres. Mazzarotto aconselha os sacerdotes a ler e comentar, na “Santa Missa”, nas novenas e nos eventos das igrejas, sua carta pastoral. Uma forma eficaz de difundir para os fiéis católicos o posicionamento oficial da igreja sobre casamento e moral familiar.

Conclusão

O discurso ultramontano se faz como uma necessidade da Igreja Católica para, em tese, frear “as consequências da modernidade”. Entre esses “males” incluem-se a sociedade não confessional e a não identificação exclusiva dos indivíduos com a fé católica. Para a igreja, com a laicização, vêm à tona as novas práticas de educação da juventude, os casamentos civis não sacramentados pelo catolicismo e a emancipação feminina. Toda essa “avalanche” da modernidade provocou, segundo a igreja, um desequilíbrio social que atingia entre outras coisas o modelo “ideal” de família, em que a autoridade paterna e submissão feminina colocavam-se como “algo natural”.

No século XIX e na primeira metade do século XX a preocupação com esses questionamentos fez com que a Igreja Católica se fechasse em seus dogmas, reforçasse sua hierarquia, centralizasse seu poder e passasse a promover um intenso processo de evangelização e de ações voltadas aos leigos para a manutenção de seu “status quo”. Um dos segmentos a serem mantidos era a família patriarcal. O papel das encíclicas e cartas pastorais era “defender e recuperar o rebanho

católico”, não deixando o mesmo “perder-se” com as novas possibilidades do mundo moderno.

A manutenção dessa representação legitimada e tida há séculos como “verdadeira” não deixa de ser vantajosa para a igreja em um momento de crise. Ao fortalecer as famílias católicas e sua própria hierarquia, por via de documentos oficiais, a instituição garantiria sua existência. Uma possibilidade de análise das questões aqui expostas é partirmos da ideia de circularidade, ou seja, apontar que um pai católico provedor, casado catolicamente com uma mulher que seguisse os moldes almejados pela igreja, o de boa mãe, esposa, dona de casa e educadora exemplar dos filhos, seria a garantia da formação de adultos católicos que, em tese, casariam, formariam família e manteriam essa circularidade. Por outro lado, devemos ter em mente que o conservadorismo aqui estudado, ainda que presente no discurso oficial da Igreja Católica, não se faz exclusivamente na mesma; esse mesmo discurso perpassa outros segmentos sociais, tais como a educação, a justiça e a política estatal.

A intenção deste texto foi demonstrar que nas práticas discursivas não há neutralidade. Quando a Igreja Católica impõe à mulher e à família uma normatização social, ela se embasa em seu ideal de sociedade perfeita, onde há um local “determinado por Deus” a cada um. Ao invocar o poder divino, a instituição legitima sua fala fazendo com que os papéis femininos e masculinos na família se coloquem como naturais, ou seja, a mulher como mãe dedicada, esposa paciente e submissa e o homem como pai provedor-autoritário. Já os filhos se colocam como frutos que no futuro darão continuidade a esse suposto ciclo “naturalizado”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Carlos. **A Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BALHANA, Carlos Alberto. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **História e análise de textos: domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GUARIZA, Nádia Maria. **As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano**. 2003. 148p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- IGREJA CATÓLICA. Diocese de Ponta Grossa. **Cinquentenário (1926-1976) no seu jubileu áureo**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.
- LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Arcanum Divinae Sapientiae: sobre a constituição cristã da família**. Petrópolis: Vozes, 1958.
- ÍÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MANOEL, Ivan. A. **O pêndulo da história: o tempo e a eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: UEM, 2004.
- MAZZAROTTO, Antônio. **Carta pastoral: o matrimônio cristão**. Curitiba: Typografia “A Cruzada”, 1934.
- PIO XI, Papa. **Sobre o matrimônio cristão: encíclica Casti Connubii**. 4.ed. São Paulo: Vozes, 1956.
- PIO XI, Papa. **Sobre a educação cristã da juventude: encíclica Divinni Illius Magistri**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1965.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.1, n.1, p.71-97. 1995.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. **Entre o aggiornamento e a solidão**: práticas discursivas de D. Antônio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa- PR (1930-1965). 2009. 429p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.